

Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Pará

**CADERNOS
CEPEC**
ECONOMIA DA AMAZÔNIA



Resenha de “Economia política da urbanização” de Paul Singer

Review of Paul Singer's “Political Economy of Urbanization”

Athos de Oliveira Sampaio ^{1a}
José Raimundo Barreto Trindade ^{2a}

Resumo: a Economia Política da Urbanização de Paul Singer é uma obra hoje clássica da Economia Política brasileira, lançada em primeira edição em 1973, demonstra como o processo de urbanização está ligado intrinsecamente ao desenvolvimento do capitalismo. O autor se baseia no processo de formação das cidades, buscando integrar um conjunto de vetores como as relações de exploração econômica no meio rural, buscando seus excedentes para alimentar a cidade, as migrações internas e os problemas daí decorrentes.

Palavras-chave: Paul Singer; Urbanização; Economia Política da Urbanização.

Classificação JEL: : B14; B51; R11; Y30.

Abstract: Paul Singer's The Political Economy of Urbanization is now considered a classic work of Brazilian political economy. First published in 1973, it demonstrates how the process of urbanization is intrinsically linked to the development of capitalism. The author draws on the process of city formation, seeking to integrate a set of vectors such as economic exploitation in rural areas, seeking their surpluses to feed the city, internal migration, and the problems arising therefrom.

Keywords: Paul Singer; Urbanization; Political Economy of Urbanization

Classificação JEL: B14; B51; R11; Y30.

1. Introdução

A Economia Política da Urbanização de Paul Singer é uma obra hoje clássica da Economia Política brasileira, lançada em primeira edição em 1973, demonstra como o processo de urbanização está ligado intrinsecamente ao desenvolvimento do capitalismo. O autor se baseia no processo de formação das cidades, buscando integrar um conjunto de vetores como as relações de exploração econômica no meio rural, buscando seus excedentes para alimentar a

¹ Universidade Federal do Pará.

² Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: jrtrindade@ufpa.br  0000-0002-1999-8988.

cidade, as migrações internas e os problemas daí decorrentes. Vale denotar que Paul Singer foi um dos mais relevantes autores marxistas brasileiro da contemporaneidade, como uma vasta obra que buscou desenvolver o marxismo e, ao mesmo tempo, lidar com as especificidades da realidade brasileira.

Os objetivos do trabalho estão ligados diretamente à análise das relações campo-cidade, assim como o processo de marginalização e as relações de dependência do capital-comercial ao imperialismo, e, a partir disto, compreender as semelhanças dos países da América Latina, que passaram por um processo de industrialização tardio. A tese do autor mostra como o desenvolvimento da cidade está ligado ao capitalismo e ele se fundamenta nas análises principalmente de Marx (2013 [1867]), em se tratando do exército industrial de reserva, Myrdal (1968), para falar sobre como as desigualdades se formam e Castells (1971) Quijano (1970), para tratar as questões das relações de dependência do capital industrial e comercial com o imperialismo na América Latina, entre outros.

A resenha apresentada está dividida em cinco seções não necessariamente convergentes com a divisão que o autor apresentou na obra que se encontra dividida em seis capítulos, cuja medula vertebral é a construção de uma teoria da economia política da urbanização latino-americana, com o estudo empírico da realidade paulista. Na seção seguinte expomos a compreensão do autor da relação entre o urbano e o rural, conformando elementos da formação histórica do capitalismo. Na terceira seção, trata-se de uma aplicação concreta da teoria da superpopulação relativa de Marx (2013 [1867]), sendo que o tratamento desenvolvido por Singer apresenta novidades ao tratar o caso latino-americano. As seções seguintes são desenvolvidas com base nos capítulos cinco e seis da obra e tratam de aspectos fundamentais para entendermos a formação das metrópoles brasileiras e as relações de classe que se mantêm na atual configuração capitalista nacional.

2. Relação urbano e rural e a formação histórica do capitalismo

O autor mostra como as cidades se formam, tratando das relações de classes que envolve a extração de excedentes do campo rural, passa para um êxodo rural e trata, também, das problemáticas da urbanização no processo de formação do capitalismo, especialmente do capitalismo periférico latino-americano. Singer exemplifica São Paulo para falar do processo de desenvolvimento da urbanização, tratando especialmente do exército industrial de reserva

e a expulsão da população de baixa renda. Singer trata da dinâmica da economia urbana, fazendo uma relação das atividades exportadoras e o consumo interno, caminhando para o tratamento dos aspectos econômicos do planejamento metropolitano, focando em políticas urbanas e a mediação de conflitos de interesses de classe.

No primeiro capítulo, intitulado de “À guisa de introdução: urbanização e classes sociais”, o autor estabelece que o processo de urbanização se inicia como um produto das relações de classe, nascido da extração do excedente do campo rural pela classe dominante. A cidade é, via de regra, a sede do poder, portanto, da classe dominante e o campo é onde ocorrem as atividades primárias, da interação direta com a natureza, extraíndo os insumos e meios que irão satisfazer as suas necessidades. A relação campo-cidade é caracterizada por um contraste, onde o campo pode ser autossuficiente. Isto é de suma importância para garantir a relação de classes entre a cidade e o campo, uma vez que a classe dominante (residente na cidade) utiliza dos excedentes do campo para suprir as suas necessidades. O campo, portanto, pode subsistir sem a cidade, porém num estado letárgico e de lento desenvolvimento.

Sob a ótica da cidade, apenas o excedente não é suficiente, ainda que seja necessário, é preciso que se criem instituições sociais, onde estas instituições irão parcialmente gestar as relações de classes. Inclusive a relação entre classes dominantes urbanas e classes subordinadas camponesas, assegurando a transferência do mais-produto do campo à cidade. Outra forma que as sociedades se estabeleceram foi a conquista externa, utilizando a força das armas, onde uma comunidade se impõe a outra e extrai os excedentes desta comunidade.

De acordo com Gordon Childe (1936), a revolução urbana necessitava de uma acumulação de riquezas sociais, inicialmente na acumulação de alimentos, portanto a importância da autossuficiência do campo. O nascimento do capitalismo, a acumulação de capital e a exploração do trabalhador rural, Marx trata deste ponto em O Capital, quando afirma que a “expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (Marx, 2013 [1867]). Com isso, Singer (1986) pontua que a cidade se torna, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção, permitindo à classe dominante, maximizar a transformação do excedente em poder militar, criando uma dominação política.

O crescimento populacional e, por consequência, o aumento da ocupação, também causa problemas, como é o choque cada vez mais frequente com povos vizinhos,

causando conflitos. Este problema, faz com que uma parcela de produtores acabe se tornando soldados. Singer (1986) estabelece duas possibilidades: “ou os conflitos resultantes abrem caminho para um novo desenvolvimento, ou elas acarretam fomes e epidemias que detêm o crescimento da população, dizimando-a”.

Independente da possibilidade, de acordo com Singer (1986), a população é retirada do campo e levada para a cidade, causando um salto para diante das forças produtivas. A cidade deixa de ser apenas exploratória e passa também a ser centros de produção, acarretando uma luta de classes entre senhores e servos, causando uma redefinição do seu caráter, quando o excedente que continua a vir do campo como valor de uso, transformando-se na mão de uma nova classe dominante, em mercadoria. A cidade então, deixa de ser uma sede da antiga classe dominante rural e passa a ser o centro de uma classe rival de mercadores, especuladores, coletores de impostos, etc.

A expansão do cenário urbano trouxe também uma expansão da divisão de trabalho, acarretando uma divisão entre diversos núcleos urbanos e socialmente identificados com uma mais ampla divisão social do trabalho. A condição, de acordo com Singer (1986), é que esta fosse unificada sob um domínio de poder centralizado.

A análise histórica do autor pontua que a aglomeração de diversas “cidades-estados” criou condições para o florescimento de uma ampla divisão interurbana do trabalho. A cidade captura as atividades, que antes eram excedentes do campo e as incorporam em sua economia, e o campo desenvolve novas técnicas, sanando as suas necessidades, além de incorporar também o que é produto da cidade e da indústria.

Esta relação não ocorre de maneira espontânea. O crescimento da cidade leva a um aumento da necessidade de excedentes do campo, que por consequência, precisa aumentar a sua produção para sanar suas necessidades. Ou seja, em uma análise simplista, a cidade continua explorando o campo, sendo uma das bases do capitalismo, que Marx previamente apontou. Singer pontua que o capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana, no seio da sociedade feudal, na Europa, no século XIII .

A partir desta relação, nasceu então, a aliança entre o capital comercial e a autocracia real, que visava manter forte a unificação política da cidade, regida por uma burguesia, que visava um monopólio comercial mediante a expansão colonial, além da

abolição de paredes internas ao comércio. Assim, o capital comercial triunfa sobre a hierarquização feudal, abrindo caminho para os avanços das forças produtivas.

Para Singer, o resultado deste processo é a industrialização, sendo necessariamente um fenômeno urbano. A indústria exige nas suas proximidades uma grande quantidade de trabalhadores, causando um efeito duplo: se a indústria não surge na cidade, a cidade surge ao redor da indústria. Para produzir, a indústria precisa de uma infraestrutura que nas condições históricas postas apenas o espaço urbano pode suprir (transportes, armazenamento, energia etc.). Assim, a burguesia industrial toma o poder da cidade e o capital comercial perde seus privilégios monopolísticos, fazendo com que se torne apenas um mero intermediário.

A industrialização precisava se generalizar, era necessário a criação de novos centros industriais em diversos países, portanto, necessária a ampliação da demanda por produtos. Singer trata que esta mudança ocorreu devido a Revolução Industrial, que redefiniu a relação cidade-campo. Com o passar do tempo e com a aceleração das mudanças tecnológicas, o produtor do campo não mais produzia para a sua subsistência, mas para a cidade e passou a adquirir produtos manufaturados para o seu autoconsumo. Deste modo, a cidade não mais obtém apenas o excedente, mas toda a produção agrícola e, sendo repartida, em partes para a cidade.

3. Processo migratório e superpopulação relativa no capitalismo contemporâneo

No segundo capítulo, Singer (1986) analisa as migrações internas (campo à cidade) dos países em processo de industrialização. Esse processo que se expande na América Latina na segunda metade do século XX, mostra que a revolução industrial "original", que começou no século XVIII, na Inglaterra, rapidamente se expandiu, primeiramente, pela Europa Ocidental e na América do Norte, em seguida na Europa Oriental, especialmente em 1930 na União Soviética, além da Ásia e a América Central (Cuba), e, igualmente recente, nas ex-colônias europeias da América Latina, seguindo, em sua maioria, os moldes do capitalismo europeu.

A industrialização está ligada diretamente ao processo de migração interna. Ela não altera apenas o meio de produção, sejam técnicas ou uma maior diversidade de produtos, ela altera também, a divisão social do trabalho. Singer (1986) trouxe um ponto de Adam Smith

(1988), onde aquele autor considera que “o limite da divisão do trabalho é o tamanho do seu mercado”. Marx (2013), porém, entende que a divisão social do trabalho é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, pela conexão dos trabalhos parciais na manufatura o é pela venda de diferentes forças de trabalho no mercado de trabalho capitalista, assim como pelo emprego combinado de força de trabalho coletiva. Portanto, a industrialização e a migração interna para as cidades servem, além de suprir um exército industrial, constituem uma superpopulação relativa necessária a expansão da acumulação, ao mesmo tempo que se estabelece um amplo mercado de bens de consumo de trabalhadores, tudo numa lógica que integra em meio urbano o capital, o trabalho e a ação estatal.

Com o aumento demográfico, fruto da dupla condição de atração populacional de outras diversas localidades para suprir força de trabalho necessárias a acumulação capitalista, além do crescimento populacional vegetativo, a cidade ao se expandir torna-se um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo. Portanto, a industrialização, naturalmente, faz surgir uma série de novos serviços (educação, pesquisa, governamental, finanças, saúde etc.) uma vez que a própria população e as necessidades capitalistas demandam esses serviços. Neste contexto, as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas (Singer, 1986), o capitalismo produz crescentes fluxos migratórios, um fator necessário a conformação da superpopulação relativa.

O livre cambismo na Grã-Bretanha do século XIX foi um instrumento importante no sentido de promover uma divisão internacional do trabalho. Portanto, de acordo com a análise de Singer (1986), a industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo, ela somente se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem de um lado acelerar a acumulação de capital e encaminhá-los para empresas que incorporam novos métodos industriais. Com estes investimentos, há uma crescente nas atividades (inclusive de pessoas) das cidades, isto se dá apenas em algumas regiões de cada país, agravando desequilíbrios regionais. Tal localização se dá em áreas onde já há maior urbanização, devido a uma gama de fatores atraentes, devido inclusive a proximidades locais às empresas, por exemplo.

Singer (1986) demonstra que a criação das desigualdades regionais não é um processo espontâneo, constituindo o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Myrdal (1968) já tinha demonstrado que há duas situações de mobilidade do capital: as que se favorecem com isso, acumulando vantagens a partir dos efeitos da difusão do progresso tecnológico e de expansão do capital; e as desfavorecidas, que sofrem um empobrecimento relativo, participando do processo de acumulação, porém com menores ganhos ou rentabilidade decrescente. Myrdal (1968) considera os efeitos que a concentração industrial em determinadas áreas tem sobre as demais. Os efeitos propulsores irradiam o progresso para novas áreas, tornando-as áreas de imigração e não de emigração. Os efeitos regressivos esvaziam as áreas que atingem, tornando-as economicamente decadentes.

De uma forma geral, interpreta-se a demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, no Brasil, no seu processo de urbanização acelerado, que Wilson Cano (2010) tratou como “arrebentação urbana”, foi possível ver que a migração de pessoas, principalmente dos arredores de São Paulo e da região do Nordeste, para São Paulo em busca de melhores condições e oportunidades de emprego devido a sua industrialização. Isto acarretou o problema que nem sempre o migrante possuía as qualificações necessárias para compor o exército industrial. Desta forma, isso impede uma série de migrantes alcançar êxito na luta competitiva, forçando-os a trabalhar por baixos salários para pagar as suas dívidas e os custos da viagem (Singer, 1986).

Esse fenômeno se repete frequentemente em países não desenvolvidos, como é o caso do Brasil. “A chegada à cidade de migrantes que provêm de áreas em economia de subsistência, debilmente ligadas à divisão nacional do trabalho, não provoca qualquer elevação da demanda pelo produto da economia urbana. Antes pelo contrário, o afluxo destes migrantes tem um efeito depressivo sobre esta demanda por vários motivos:

a) certo número de migrantes, que consegue se inserir no processo de produção urbano, remete parte de seus ganhos aos parentes que permanecem nas áreas em economia de subsistência, reduzindo o volume da demanda efetiva na cidade;

b) parte dos migrantes que não conseguem se integrar na economia urbana reproduz na cidade certos traços da economia de subsistência sob a forma de atividades autônomas, geralmente serviços: vendedores ambulantes, carregadores, serviços de reparação etc. Embora

tais atividades sejam desenvolvidas no âmbito espacial da cidade, elas não se acham integradas na economia urbana capitalista;

c) em boa medida, a oferta de força de trabalho consequente da migração à cidade é absorvida pelos serviços domésticos, cujo significado é nulo do ponto de vista da produção social capitalista, podendo ser encarado como um ‘falso emprego’” Singer(1986), porém fundamental para reprodução da força de trabalho, inclusive atuando no rebaixamento da taxa real de salário, algo vislumbrado nos mecanismos de “superexploração” da força de trabalho tratados por autores como Marini (2000) e Santos (2012).

A migração para os centros urbanos, quando não bem-sucedida, traz o problema da “marginalidade”. Singer (1986) trata este ponto na América Latina como ela se apresenta frequentemente. A marginalidade é conceituada como a não integração na economia capitalista e a não participação em organizações sociais. Nos parece que Singer ainda apresenta uma percepção dualista do mercado de trabalho, algo que pode ser criticado pela visão de que a “marginalização” não seja uma completa incorporação “na economia capitalista”, uma percepção distinta daquela expressa por Marx (2013 [1867], Cap. 23), na qual a formação da superpopulação relativa, em seus componentes de “população estagnada” e “latente” são parte da própria lógica capitalista, não havendo dualismo e sim um fenômeno estrutural de desocupação.

4. Dependência e formação periférica das cidades Latino-Americanas

A urbanização, a dependência e a marginalidade na América Latina refletem diretamente sobre os pontos apresentados no livro anteriormente. Os últimos dados censitários quando Singer escreveu o texto, apresenta ainda uma forte migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. Devido à grande expansão urbana, os serviços atendem a população de forma cada vez mais precária, e os sinais de miséria vão se multiplicando.

O livro questiona se a “dependência” seria um traço histórico comum da América Latina? Para tal Singer (1986) irá criticar dois autores relevantes ao debate da urbanização e sua relação com a formação dos capitalismo periféricos: Castells (1971) e Quijano (1970).

Castells (1971) considera à urbanização da América Latina como um fenômeno social que possui uma “marca comum”, observando dados de diferentes épocas e diferentes tipos de dependência na América Latina, atribui a cada uma delas uma forma específica de urbanização.

Em que medida a história latino-americana não é mais uma sucessão de dependências (seja ela colonial, capitalista-comercial e imperialista)?

A dependência colonial que ocorreu na América Latina se dá, primeiramente, submetendo as sociedades indígenas desenvolvidas ao processo de domínio metropolitano europeu. Ao alcançar o segundo tipo de dependência (capitalista-comercial), Castells (1971) reconhece que a inserção da América Latina no mercado capitalista mundial, houve o surgimento de diversas formas de dependência, como a economia de enclave, economia agrícola e a de criação para exportação, economia de grandes plantações etc., onde cada modalidade dava espaço à um novo tipo de urbanização.

O referido autor observa que a relação de dependência não é um fator que determina por si só o nível de urbanização de um local. Castells (1971) exemplifica isso utilizando a economia de grande plantação ("plantation"), esta modalidade determina um nível de urbanização extremamente fraco. Em se tratando de Brasil, o baixo nível de urbanização se dava, inicialmente, devido à grande parte dessa população, já vivia, naquele período, fora da "economia de plantação", sendo uma economia de subsistência que não produzia quase nenhum excedente para alimentar as necessidades da vida urbana. Diferente dos fazendeiros de café, que produziam para o mercado externo, que eram de propriedade de uma oligarquia e possuíam uma conexão direta (de maneira comercial e financeira) com as cidades costeiras (Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Santos).

A história latino-americana passa para outra relação de dependência, a então relação capitalista-comercial é substituída pela imperialista. A industrialização é dominada pelos monopólios internacionais, e, a partir da Segunda Guerra Mundial, que possibilitou uma relativa entrada de capital estrangeiro na América Latina, alterou o processo de urbanização. Quijano (1970), pontua uma tendência a uma certa "apologia do capitalismo nacional", que supunha uma relativa autonomia ao capital internacional, a fim de seguir os interesses nacionais (ou seja, dos grupos dominantes nacionais).

Quijano (1970) ponderava a hipótese de que houvesse uma tendência aos grupos nacionais considerarem mais especificamente as necessidades das populações locais, vis-à-vis os grupos estrangeiros. Singer então questiona: "Grupos empresariais capitalistas, monopólios ou não, nacionais ou estrangeiros, operam alguma vez em função das necessidades da população? Pelo que sabemos eles operam em função de suas próprias necessidades de lucros

(...). E a experiência ensina que o desenvolvimento do capitalismo, ao excluir a possibilidade de os mercados se organizarem de modo ideal (concorrência perfeita), acaba por condicionar a própria manifestação das necessidades da população às necessidades das grandes empresas”.

Segundo a visão dos autores criticados por Singer “o capitalismo nacional produziu uma urbanização equilibrada e que a penetração do capital estrangeiro perverteu”. Antes, a população que migrava dos campos à cidade era integrada social e economicamente, agora ela é marginalizada. A ação imperialista que visava financiar os monopólios estrangeiros gerou uma “urbanização distorcida”, o excedente então era transferido de um país dominado (neste caso, o latino-americano) para o país dominante (europeu ou norte americano) que passou por um processo de industrialização anterior. Este processo de “urbanização deturpado” gerou uma série de problemas, além da marginalização. Para Castells (1971), houve uma aceleração econômica crescente, porém, um desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, muitas vezes, próxima da indústria. Por outro lado, Quijano (1970) vê o processo de urbanização da América Latina como um grande desequilíbrio inter-regional, urbano-rural, interurbano. Os benefícios estão concentrados nas cidades que estão mais vinculadas às metrópoles externas. Singer então conclui que a urbanização é mais acelerada naqueles países cuja estrutura econômica está sofrendo transformações pelo desenvolvimento de novas atividades.

Como mencionado anteriormente para Singer (1986), a migração e a urbanização estão longe de ser um processo espontâneo. Portanto, a sua produção pode ocorrer por dois fatores: a pressão populacional sobre a terra ou na reestruturação das relações de produção, esta última sendo mais voltada para as imposições do desenvolvimento capitalista. As transformações da estrutura econômica acarretadas pelo desenvolvimento, provocam uma rápida urbanização, com forte concentração urbana.

Em suma, neste capítulo, Singer (1980) busca resumir o tema da concentração espacial em quatro pontos: os estímulos do mercado, que traduzem e reforçam de uma escala mínima de operação, ao favorecer a concentração empresarial do capital, reforçando a ideia de que as urbanizações ocorrem ao redor dos centros empresariais tratados anteriormente pelo autor. Outro ponto que leva à uma concentração espacial são os custos de infraestrutura, que parcialmente são cumpridos pelo poder público. A localização da empresa condiciona a localização dos seus dirigentes, a decisão da localização da empresa acaba por favorecer

também a concentração espacial. E finalmente, o ônus da concentração demográfica das regiões, representado pelo esvaziamento econômico e demográfico de certas regiões, onde recursos naturais, estruturas urbanas e serviços de infraestrutura passam a ser subutilizados devido a evasão de pessoas para os centros urbanos mais estruturados.

No quarto capítulo, Singer (1986) se debruça especificamente no processo de urbanização latino-americano. Na América Latina, a cidade também manteve um papel importante na manutenção da relação campo-cidade, tendo em vista que era necessária para a repartição do excedente rural. Parte do excedente era levado para a sede metropolitana (Espanha e Portugal, no período colonial) sob forma de tributos e o resto levado para mercadores que possuíam posições monopolistas. Desta forma, nasce na América Latina, um sistema urbano criado com o objetivo de sustentar o sistema de exploração colonial. A partir desta posição em que a cidade se encontra, começam a surgir nas cidades uma nova classe de comerciantes, financistas (usuários), transportadores (Singer, 1986). Estes, segundo o autor, alimentavam a importância da cidade como centro político e estratégico, sendo grandes centros de redistribuição de mercadorias entre regiões de uma mesma colônia.

Com o crescimento econômico e o surgimento de novas necessidades nas cidades e no campo, a cidade deixa de ser apenas um espaço comercial e passa a se tornar também um espaço industrial. A indústria sendo uma atividade eminentemente urbana, o seu aparecimento e expansão, torna a cidade latino-americana, pela primeira vez desde a sua conquista produtiva. O rápido processo de urbanização é induzido pelo forte processo de expulsão de população do campo, seja pelos mecanismos de concentração fundiária, seja atraído pelo processo de industrialização. Neste capítulo, o autor buscou fazer uma análise do estado de São Paulo, sendo reflexo de um processo de urbanização tardio e desajustado. São Paulo é uma das áreas que concentra capital, esvaziando economicamente outras regiões e, naturalmente, das cidades nelas contidas (Singer, 1986).

O processo de crescimento rápido das metrópoles latino-americanas, acentuou o desequilíbrio urbano, especialmente na relação oferta e procura de habitações e serviços urbanos, aumentando consideravelmente a população marginalizada nos grandes centros urbanos. É importante ressaltar, que esse crescimento urbano desequilibrado também ressalta problemas envolvendo o meio ambiente, o desemprego e o aumento da delinquência.

A forte migração para São Paulo gerou um exército industrial de reserva, o pico deste movimento de êxodo rural ocorre por volta de 1930 a 1945. Essa mobilização marcou amplamente a economia brasileira, criando um forte diferencial entre mão de obra qualificada e não qualificada, limitada pela legislação, principalmente em relação ao salário-mínimo. Tal migração mostrou, de maneira escancarada, o porquê do baixo grau de mecanização das atividades agrícolas e de construção civil e o obsolescimento tecnológico dos ramos industriais mais antigos.

Ao tratar da metropolização e da concentração de capital de São Paulo, o autor aponta dois motivos: i) a concentração de atividades em estabelecimentos cada vez maiores causadas pelas vantagens financeiras e; ii) a concentração de atividades em determinadas áreas causadas pelas chamadas economias externas de despesas de transporte e comunicações entre empresas complementares. Singer (1986) pontua que as atividades concentradas na metrópole paulista proporcionaram, graças à sua maior produtividade, o excedente requerido para uma somente parcial solução dos problemas gerados pela sua hiper urbanização, porém longe de resolver problemas básicos como falta de saneamento básico, longas horas no transporte público etc.). Vale observar que São Paulo, enquanto centro do capitalismo brasileiro apresenta, conforme o Censo de 2022 (IBGE, 2022), uma rede de coleta de esgotos que abrange em torno de 94% da população, porém no caso brasileiro este indicador não chega a 65%, sendo que se mantém a lógica tratada por Singer (1986) de políticas públicas de baixa intensidade, elevada especulação imobiliária e da distribuição desigual de recursos.

São Paulo é uma cidade que apresenta uma “explosiva” demanda de serviços urbanos. Os mecanismos de mercado falham na sua funcionalidade quando não conseguem equilibrar oferta e demanda. Singer pontua que falham porque a oferta se torna inelástica a curto prazo, quando se esgota a capacidade de produção. É impossível atender uma demanda ascendente de infraestrutura quando as respectivas provedoras de infraestruturas estão saturadas. O exército industrial de reserva carrega parte deste problema, uma família que migra para São Paulo precisa de trabalho, porém, se não o consegue, não possui fonte de renda, mas ainda é necessária uma habitação, que demanda infraestrutura, serviços urbanos, e afins.

O ponto central da problemática destas grandes metrópoles, resume-se na concentração de atividades (e não da população). O problema é que a acumulação de capital se dá de forma concentrada no espaço, o que atrai grandes fluxos migratórios. Segundo Singer, o problema real

não está na mobilização das massas rurais (que aumentam a demanda de serviços urbanos), mas na mobilidade insuficiente do exército de reserva. Como a mobilidade de força de trabalho não é perfeita, o sistema acabou por adotar planos de desenvolvimento regional que tem por finalidade precípua suscitar fluxos de capital para as áreas mais atrasadas. Com isso, houve a criação de novos centros urbanos no Nordeste brasileiro (Recife e Salvador), nascendo então uma industrialização do Nordeste (e em breve do Norte).

5. Metropolização e redes urbanas na América Latina

No quinto capítulo, o autor trata da economia urbana, como sendo o fator principal da dinâmica capitalista, que segue como fundamento para o desenvolvimento do parque industrial das cidades metrópoles latino-americanas. Singer (1986) pontua que para produzir barato, é preciso produzir em massa. Fazendo com que as cidades não só se organizem para suprir amplas dimensões para as indústrias, mas também, para agrupá-las no mesmo espaço. Em relação a São Paulo por exemplo, destaca-se a região do ABC paulista que possuem indústrias como refinarias de petróleo e usinas de aço e atraem empresas que utilizam os produtos destas empresas como matéria prima.

Singer (1986) divide as cidades em funções econômicas, onde as cidades do interior são, em geral, centros comerciais de produtos agrícolas, muitas vezes ali mesmo cultivados. Além disso, também apresentam uma série de serviços utilizados pelo seu entorno, tais como escolas, hospitais, guarnições militares, desta maneira, prestam serviços comerciais, administrativos, educacionais etc. As cidades de porte médio, por sua vez, estabelecem “cabeças de zona”, que prestam os mesmos tipos de serviços, porém de forma mais especializada e ampla, produtos de melhor qualidade e maior variedade, melhor nível de escolas, clínicas especializadas, entre outros.

A fim de chegar a uma organização da rede urbana, é preciso que cada núcleo urbano se especialize em algum processo produtivo ou comercial diferente de acordo com a sua localidade e atividade que desenvolve, o que acaba gerando uma rede de comércio entre os núcleos urbanos e dentro destes próprios núcleos. A exemplo de uma cidade grande que possui indústria automobilística, que vende parte dos seus automóveis para cidades médias, que retém parte destes automóveis e faz revenda para as cidades pequenas. Já o caminho inverso é tomado por alimentos, minérios etc. É importante ressaltar que essa dinâmica de troca entre os núcleos

urbanos, está em constante transformação, transferência de funções que modificam as circulações de recursos etc.

Após uma análise de núcleos urbanos, é preciso compreender o que ocorre no interior dos componentes dos núcleos urbanos. Uma cidade que possui um parque industrial amplo, parte da produção será consumida pela população da própria cidade, mas importantes parcelas da produção será exportada para outros centros urbanos (ou para outros estados ou países). Singer (1986) pontua que o tamanho da cidade é determinado pela sua “capacidade de importar”, caso este seja elevado, significa que a renda é alta, o que atrai imigrantes, que aumenta a população, acarretando crescimento das atividades de consumo interno. O autor conclui que não é possível compreender a dinâmica econômica de uma cidade, sem situá-la no contexto da rede urbana à qual pertence, e sem analisar as funções especializadas que exerce. A quantidade e a importância das funções afetam diretamente o tamanho das cidades, principalmente a sua economia e as suas perspectivas de crescimento.

No último capítulo da obra, Singer (1986) desenvolve os aspectos econômicos do planejamento metropolitano. Buscando encontrar uma “organização de funções” para os centros urbanos (envolvendo desde cidades pequenas, até as médias e grandes), analisa desde a escala micro, como a divisão do trabalho, que varia nas diversas funções industriais, comerciais, financeiras e afins, estabelece determinantes para a formação de áreas metropolitanas, polarizando um grande número de estabelecimentos, desde grandes indústrias que exigem uma variedade de fornecedores de componentes, da mesma forma que o comerciante se instala nos centros metropolitanos devido a redução do custo de transporte, uma vez que o centro de redistribuição dos produtos se encontra na sua proximidade. Já se tratando de serviços, é possível ver uma aglomeração desse tipo de atividades nos centros metropolitanos devido à densidade populacional, proporcionando um mercado ativo para qualquer tipo de serviço, seja para lazer (teatros, cinemas, turismo), saúde (hospitais e clínicas), entre outros.

O autor traz uma importante análise sobre os serviços metropolitanos, que nem sempre a população residente consegue acesso às vantagens que ela pode proporcionar. Muitas vezes, o problema reside em barreiras físicas, como a inadequação do sistema de transporte público ou a localização destas atividades. Este comportamento se repete para o mercado de trabalho, a precariedade dos serviços de transporte é um fator que delimita o acesso nas indústrias. O agrupamento das indústrias em um determinado espaço facilita essa comunicação. Com isso,

Singer conclui que é provável que o acesso interno à produção da metrópole seja dificultado, em muitos casos, pela carência dos serviços adequados para a população. Aliado ao acesso da população interna, é preciso analisar o acesso do meio externo à produção metropolitana. Se faz necessária a conexão das metrópoles com os municípios menores, no sentido de utilizar os serviços especializados da metrópole, este processo acaba ocorrendo de maneira espontânea.

Devido a metrópole ser uma espécie de parque industrial, é notório que este espaço também oferece uma variedade de empregos e vagas mais amplas em relação aos municípios vizinhos, acarretando uma maior força de trabalho. Com isso, a elevação do nível de emprego se torna um problema de suma importância no planejamento metropolitano. O planejamento, portanto, foca principalmente em estratégias para a absorção da força de trabalho proveniente da imigração e do crescimento populacional.

6. Conclusão

A análise de Singer (1986) sobre a economia política da urbanização em diversos aspectos mantém sua atualidade e contribuição para se pensar tanto o desenvolvimento urbano capitalista, quanto formas de regulação deste tipo de sociedade, principalmente nas sociedades periféricas, como a brasileira. Assim, o autor estabelece, por exemplo, pontos importantes sobre a formação e o planejamento das metrópoles, em especial as da América Latina que dividem uma problemática de desigualdade comum. O autor tratou da formação das relações campo-cidade, mostrando a integração e o grau de interação entre os fenômenos urbanos e rurais, desfazendo a clássica dualidade que os modelos econômicos convencionais estabelecem.

O autor desenvolveu, ainda, a problemática macro da América Latina, considerando os fatores de "marginalização" da população que, principalmente, não consegue se inserir no mercado de trabalho. Por mais que o autor, ao nosso ver, ainda mantenha uma compreensão dualista do mercado de trabalho, não aprofundando os aspectos, em grande medida já observados por Marx (2013) de que a desocupação é uma condição estrutural do capitalismo, porém Singer (1986) desenvolve a central compreensão da relação entre a superpopulação relativa e a formação periférica das cidades latino-americanas. A obra "Economia Política da Urbanização" segue sendo um livro atualíssimo, tratando das formações das cidades e das consequências das ações capitalistas, que fomentam as análises das dinâmicas urbanas no

século XXI na América Latina, exemplo de uma construção teórica e empírica inspirado na radicalidade marxista.

Referências

CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 27, p. 29 – 57 2010.

CASTELLS, Manuel. **L'urbanisation dépendente em amérique latine**. Espaces et sociétés. n. 3, 1971.

CHILDE, V. Gordon. **Man makes himself**. London: Watts & Co., 1936.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Dependencia, cambio social y urbanización en Latino-América. *In*: QUIJANO, Aníbal. **América Latina**: ensayos de interpretación sociológico-política. Santiago: Editorial Universitaria, 1970.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1986.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; MONTEIRO, Iuri Everson Silva. Superpopulação relativa e desemprego estrutural na economia brasileira de 2012 a 2021. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 06–30, 2023. DOI: 10.21680/2316-5235.2023v12n2ID34963.